



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ATA DE REUNIÃO Nº 4/2022 - CEC (11.01.08.12)

Nº do Protocolo: 23006.010525/2022-12

Santo André-SP, 25 de Maio de 2022

(Assinado digitalmente em 25/05/2022 17:36 *(Assinado digitalmente em 25/05/2022 17:42*

)
JULIANA DIAS DE ALMEIDA MARTINEZ

SECRETARIO EXECUTIVO
PROEC/DPAG (11.01.08.06)
Matrícula: 1941057

)
LEONARDO JOSE STEIL

PRESIDENTE - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE (Titular)
CEC (11.01.08.12)
Matrícula: 1604147

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: 4, ano: 2022, tipo: ATA DE REUNIÃO, data de emissão: 25/05/2022 e o código de verificação: 9cc5a3edd4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comitê de Extensão e Cultura – CEC

Ata nº 001/2022/Ordinária/CEC

1 Ata da I sessão ordinária do Comitê de Extensão e Cultura, realizada às quatorze horas do dia
2 vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, remotamente, em virtude da suspensão das
3 atividades presenciais na UFABC, conforme Portarias da Reitoria nºs 378/2020 e 394/2020. A
4 reunião foi presidida pelo Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Professor Leonardo José Steil, e
5 contou com a presença dos seguintes membros: Evonir Albrecht, Pró-Reitor Adjunto de Extensão
6 e Cultura; Adriana Pugliese Netto Lamas, representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação
7 (ProPG); Caroline Silvério, representante técnico-administrativa lotada na Pró-Reitoria de
8 Extensão e Cultura (ProEC); Dalila Isabel Agrela Teles Veras, representante da Comunidade
9 Externa; Gabriel Antonio Rissato Vancini, representante discente da graduação; Mara Lucia
10 Almeida Silva, representante da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas
11 (ProAP); Natalia Cardoso Abreu de Araujo, representante técnico-administrativa (TA); Pedro
12 Alves da Silva Autreto, representante do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Rail
13 Ribeiro Filho, representante da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad); Raquel Helena Quintino de
14 Oliveira, representante da comunidade externa; Renata Maria Pinto Moreira, representante do
15 Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Silvia Dotta,
16 representante do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Victoria Alves
17 Moreira, representante discente da pós-graduação. **Ausente:** Fernanda Nascimento Almeida,
18 representante da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes). **Não votantes:** Fernanda de Oliveira
19 Menezes (representante discente suplente da pós-graduação); João Victor Cavalcante dos Santos
20 (ProEC); Lídia Pereira (ProEC); Marco Aurelio dos Santos Miguel (ProEC); Paulo Sérgio da Costa
21 Neves (CECS); Priscila Carvalho (ProEC); Vitória Lopes de Sousa (representante suplente discente
22 da graduação); e Renata Rodrigues Sena Nogueira (ProEC). **Apoio Administrativo:** Juliana Dias de
23 Almeida Martinez. Havendo quórum legal, o presidente, Professor Leonardo Steil, cumprimenta
24 a todos e todas e inicia a sessão dando as boas-vindas aos novos membros do CEC: Gabriel
25 Vancini e Vitória Sousa, representantes discentes da graduação; e Vitória Moreira e Fernanda
26 Menezes, representantes discentes da pós-graduação. Na sequência, o Presidente passa aos
27 **informes da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura**. Informa que a Resolução que trata da
28 Curricularização da Extensão (Revisão da Resolução nº 222/2017) foi aprovada na reunião do dia
29 anterior do Conselho de Ensino Pesquisa e extensão (ConsEPE). A nova resolução é mais
30 detalhada que anterior e significa um grande avanço para a curricularização da extensão na
31 UFABC. Como segundo informe, Professor Leonardo fala sobre a Prestação de Contas das ações
32 próprias da ProEC. Conforme previsto na Resolução CEC nº 001/2014, parte dos recursos
33 orçamentários da Pró-Reitoria podem ser destinados a ações próprias, sendo necessária a

34 realização de prestação de contas, sempre na primeira sessão ordinária do Comitê de cada ano,
35 referente ao exercício anterior. Nesse sentido, os dados são apresentados. Em 2021, o recurso
36 orçamentário destinado à ProEC foi de R\$ 880.00,00 (oitocentos e oitenta mil reais). Segundo a
37 referida Resolução, até 10% (dez por cento) desse valor poderia ser destinado às ações próprias,
38 ou seja, R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais). Entretanto, a Pró-Reitoria costuma utilizar apenas
39 5% (cinco por cento), de modo que foram direcionados R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)
40 para ações realizadas pela ProEC, quais sejam: Ocupação artística da UFABC 2021; IV Semana de
41 Arte, Cultura e Tecnologia da UFABC; Universidade das Crianças – UFABC; Quintas Culturais;
42 Arquivo Histórico Cultural; e UFABC divulga ciência – Blogs de divulgação científica. São
43 apresentados os valores aprovados: R\$ 29.933,00 (vinte e nove mil e novecentos e trinta e três
44 reais), e os valores executados: R\$ 28.880,00 (vinte e oito mil e oitocentos e oitenta reais). Na
45 sequência esses valores são detalhados de acordo com a natureza da despesa (bolsas, material
46 de consumo, pessoa jurídica, passagens e diárias e auxílio evento), ressaltando-se que a maior
47 parte dos recursos foi destinada a bolsas para os discentes. Com a palavra, Professor Evonir
48 cumprimenta a todos e todas e dá as boas-vindas aos novos representantes do CEC, ressaltando
49 a importância da participação dos discentes em todos os conselhos da Universidade. Na
50 sequência, passa-se aos **informes dos membros do CEC**. Com a palavra, a servidora Carolina
51 Silvério fala sobre a ação estratégica Coro da UFABC, ressaltando a parceria exitosa com a
52 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Informa que estão abertas as
53 inscrições para o ano de 2022, convida os presentes a participarem e divulgarem o projeto. Na
54 sequência o Presidente passa a palavra à servidora Juliana que solicita aos membros que
55 confirmem sua presença, nas próximas sessões do Comitê, respondendo ao e-mail de
56 convocação. Por fim, Juliana fala sobre a migração das reuniões virtuais do Google Meet para a
57 Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e solicita aos membros que ao ingressarem nas
58 próximas sessões informem seus nomes e sobrenomes, para que seja possível a confirmação da
59 presença, por meio de lista emitida pelo próprio sistema. Com a palavra, Professor Leonardo
60 realiza mais um informe. Fala sobre o término do mandato da representante Raquel Quintino no
61 próximo dia 14 de abril, de modo que solicita aos membros que sugiram nomes de pessoas da
62 comunidade externa que possam ser convidadas a participar do CEC. Tais indicações podem ser
63 realizadas enviando-se mensagem ao endereço proec@ufabc.edu.br ou mesmo durante a
64 próxima sessão do Comitê. Findos os informes, passa-se à **ordem do dia** para apreciação do
65 primeiro item da pauta: Ata da V sessão ordinária do Comitê de Extensão e Cultura de 2021. Não
66 havendo solicitações de alterações, o item é levado a regime de votação, sendo aprovado por
67 unanimidade. Passa-se ao segundo item da pauta: Ata da II sessão extraordinária do Comitê de
68 Extensão e Cultura de 2021. Não havendo manifestações, o item é levado a regime de votação,
69 sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, passa-se à apreciação da Ata da VI sessão
70 ordinária do Comitê de Extensão e Cultura de 2021. Mais uma vez, não havendo manifestações
71 o item também é colocado em regime de votação, sendo aprovado por unanimidade. Passa-se,
72 então, ao quarto item da pauta: Solicitações de reconsideração da Professora Vanderli Correia
73 Prieto. A servidora Renata Sena explica que a Professora Vandeli submeteu no sistema três
74 solicitações de registro de ação anterior (modalidade que permite que ações realizadas nos
75 últimos doze meses, sem apoio da ProEC, sejam registradas como extensão), todas com teor
76 semelhante: participação em bancas de defesa, para análise de trabalhos de conclusão de curso.

77 A ProEC não aprovou as solicitações de registro, informando que os cursos de especialização
78 passaram a ser tratados como cursos de pós-graduação, conforme Resolução ConsUni
79 nº188/2018, não sendo considerados ações de extensão. Dessa forma, a Professora entrou com
80 as solicitações de reconsideração, informando que as ações estão sim previstas como ações de
81 extensão na Resolução ConsUni nº 160/2016. Com a palavra, Professora Adriana pergunta a qual
82 período se referem as ações, pois como já foi membro da Comissão Própria de Progressão
83 Docente (CPPD), lembra-se que o tema foi discutido na CPPD, havendo um tempo de adequação,
84 justamente no período em que os cursos de especialização migraram da ProEC para a Pró-
85 Reitoria de Pós-Graduação (ProPG). Professor Leonardo esclarece que os cursos das solicitações
86 não são cursos da UFABC, mas sim da Universidade de São Paulo (USP), sendo que a participações
87 da Professora Vanderli, nas bancas de defesa, ocorreram no ano de 2020, portanto, após o
88 entendimento do Conselho Universitário da UFABC (ConsUni) de que especialização é pós-
89 graduação. Com a palavra, Professor Pedro entende que as solicitações não devem ser aprovadas
90 como extensão, pois participações em bancas de defesa não se configuram como ações de
91 extensão. A representante da ProAP, Mara Lúcia, corrobora a fala do Professor Pedro de que
92 participação em banca de defesa não se configura como extensão, pois esse tipo de atividade
93 não dialoga com a comunidade. Não havendo mais inscrições, o Presidente coloca o item em
94 regime de votação e solicita que membros favoráveis à manutenção dos pareceres emitidos pela
95 ProeC permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Não havendo manifestações, o
96 CEC aprova por unanimidade a manutenção dos pareceres. Segue-se então para o quinto item
97 da pauta Avaliação do mérito extensionista da ação intitulada “Produção e reprodução de
98 conhecimento em Heliópolis/SP: Fortalecendo as bases de um bairro Educador - Fase III.”.
99 Professor Leonardo convida Professor Paulo, proponente da ação, a apresentar a proposta.
100 Professor Paulo cumprimenta a todos e todas e reforça que a presente ação é a continuidade de
101 um projeto amplo que possui financiamento de emendas parlamentares do deputado federal
102 Alexandre Padilha. Fala sobre as fases do projeto, dentre elas a criação de um museu, tanto no
103 formato virtual quanto físico, bem como cursos de extensão para formação dos moradores em
104 diversos temas, todas essas atividades já em andamento. Informa que a Fase II do projeto deve
105 começar a ser implementada, muito possivelmente, em abril, data prevista para as liberações
106 orçamentárias. Professor Paulo fala de estratégia adotada para potencializar as atividades das
107 fases I e II, qual seja a participação na organização pedagógica de eventos de massa, já realizados
108 na comunidade, criando-se, dessa forma, a possibilidade de dar visibilidade às ações do projeto,
109 bem como promover maior interação com a comunidade, especialmente com aos jovens. Há
110 expectativa de que essa estratégia possa gerar novas ações e projetos, independentes de
111 emendas parlamentares. Atualmente participam do projeto dez professores e quinze alunos
112 bolsistas da UFABC, de modo que se busca com a Fase III dar continuidade a todo o trabalho.
113 Fala, brevemente, sobre alguns dos eventos e da intenção de realizar pesquisas (entrevistas,
114 questionários) durante suas realizações para uma melhor compreensão do fenômeno da
115 violência na região e, com base nos dados coletados, propor estratégias para diminuí-la, além de
116 promover a interação da comunidade com atores de outras regiões, bem como propiciar a
117 aglutinação dos diversos coletivos e movimentos que existem em Heliópolis. Encerrando sua fala,
118 Professor Paulo reforça a necessidade de se pensar na fase III deste projeto em conexão com as
119 fases I e II, já aprovadas anteriormente pelo CEC e, sendo também, como uma nova etapa de um

120 projeto que vem se ampliando e ganhando força, ao qual se pretende dar continuidade,
121 independentemente das futuras fontes de financiamento. Finda a explanação, o Presidente deixa
122 registrado o seu agradecimento público ao deputado federal Alexandre Padilha pelo fomento às
123 ações de extensão. Na sequência, abre-se a sessão para considerações dos membros do CEC.
124 Com a palavra, a representante Raquel questiona a localidade de realização da ação, fora da
125 região do ABC, à semelhança do que fez nas sessões em que foram discutidas as fases I e II do
126 projeto. Entende sua importância, em especial da auto gestão da comunidade, entretanto,
127 reforça a sua contrariedade ao fato de a Universidade ter um trabalho calcado na região do
128 Ipiranga, na cidade de São Paulo, quando há tantas áreas de vulnerabilidade dentro da região das
129 sete cidades do Grande ABC. Fala sobre a necessidade de um debate mais profundo e regras
130 estabelecidas para que as ações ocorram, prioritariamente, no território do ABC e, quando isso
131 não for possível, que sejam apresentadas justificativas plausíveis. No mesmo sentido, demonstra
132 sua preocupação com a questão ética envolvendo os recursos provenientes de emendas
133 parlamentares, entendendo que há a necessidade da criação de regras claras dentro da UFABC
134 para o processo de aprovação de ações dentro deste escopo. Com a palavra, Professor Paulo
135 esclarece que no caso deste projeto os recursos foram disponibilizados com a determinação de
136 serem empregados na região de Heliópolis e ressalta que, em relação a esse tipo de
137 financiamento, é possível incitar as comunidades com as quais tenha contato, para que possam
138 se organizar e pleitear tais recursos. Esclarece que há regras específicas para a utilização de
139 recursos provenientes de emendas parlamentares, aproveitando para agradecer todo o
140 empenho da equipe a ProEC, em especial a servidora Priscila Carvalho, que muito tem auxiliado
141 nos trâmites burocráticos. Reforça que se trata de recursos públicos com inúmeros
142 ordenamentos jurídicos, internos e externos à UFABC, para sua utilização, ressaltando a
143 importância dessas verbas para as universidades e para as comunidades que são beneficiadas
144 pelos projetos. Discorda da conselheira Raquel, pois acredita que a atuação da Universidade não
145 deve estar limitada à região do ABC, entendendo ser fundamental essa possibilidade de
146 abrangência de atuação para a extensão. Coloca-se à disposição para a busca de novas parcerias,
147 à semelhança do que fez no ano anterior ao apresentar a fase II do projeto. Lembra também que
148 há sempre a intenção de que as ações sejam expandidas para outras regiões. Com a palavra,
149 Professor Pedro manifesta-se positivamente, parabenizando o projeto. Entende que por ser uma
150 Universidade muito jovem, há muito a ser aprendido pela UFABC e este projeto é um modelo
151 que tem muito a ensinar. Ressalta que a UFABC não está no ABC, ela faz parte do ABC, não se
152 configurando como um agente interventor, mas sim um agente dialógico. Pela leitura que fez do
153 projeto, entende que a pouca participação da Universidade foi sanada, em relação à fase
154 anterior. Como sugestão, ainda que não faça parte do mérito extensionista da ação, propõe que
155 mais alunos sejam envolvidos no projeto, ainda que como voluntários, assim como os docentes,
156 para que façam visitas e possam aprender com o trabalho que vem sendo desenvolvido. Quanto
157 às regras para aprovação de projetos financiados por emendas parlamentares, corrobora a fala
158 de Raquel, pois questões eleitorais devem se manter afastadas da Universidade. Professor
159 Leonardo também manifesta sua vontade de conhecer não só o projeto de Heliópolis, mas
160 também os outros que são desenvolvidos. Professor Paulo se manifesta favoravelmente a todas
161 as sugestões de Pedro. Esclarece que havia, desde a fase I do projeto, a intenção de trazer a
162 comunidade para a Universidade e, da mesma forma, levar professores e estudantes para

163 conhecê-la. Entretanto, devido à crise sanitária deflagrada pela pandemia da Covid-19 ainda não
164 foi possível executar esse objetivo, mas ele continua no horizonte, com intenção de implementá-
165 lo tão logo o cenário melhore. Com a palavra, a conselheira Dalila cumprimenta a todos e todas,
166 manifesta o seu entusiasmo com o projeto e o seu encantamento com todos os trabalhos
167 desenvolvidos pela comunidade de Heliópolis. Prossegue dizendo que, embora a UFABC esteja
168 localizada no ABC, entende que ela não é completamente do ABC. Explica-se dizendo que grande
169 parte do corpo docente da instituição não nasceu e cresceu nas cidades, fala da heterogeneidade
170 na composição da população da região, mais de dois milhões e meio de habitantes. Entende que
171 a possibilidade de as ações e experiências desenvolvidas em Heliópolis serem compartilhadas no
172 ABC é muito valiosa. Compreende a fala da conselheira Raquel e valida a defesa que esta faz do
173 território. Dessa forma entende ser importante que ocorra uma troca: tanto que a Universidade
174 vá às comunidades quanto as comunidades venham até a UFABC. Novamente com a palavra,
175 conselheira Raquel relembra a luta da comunidade do ABC para conquistar uma universidade
176 pública na região, assim sendo, entende como uma necessidade o reconhecimento da UFABC
177 como um patrimônio da região, sem claro, restringir sua abrangência. Assim, reconhece o mérito
178 da ação, mas como conselheira solicita um amplo debate sobre os recursos provenientes de
179 emendas parlamentares, uma vez que, embora todo recurso seja bem-vindo, não deveria ser
180 disponibilizado com exigências de alocação. O Presidente agradece as considerações de Raquel
181 e diz que após os questionamentos realizados por ela, ainda em 2021, sobre a localidade das
182 ações, realizou-se um levantamento estatístico a este respeito, sendo apresentado na VI sessão
183 ordinária do CEC, realizada em 27 de outubro de 2021. Infelizmente Raquel não estava presente,
184 mas Professor Leonardo esclarece que as informações constam em ata que foi, inclusive,
185 apreciada e aprovada nesta sessão. Observou-se no relatório que de janeiro de 2016 a setembro
186 de 2021 foram realizadas 1.066 (mil e sessenta e seis) ações de extensão, sendo que 86,3 %
187 (oitenta e seis vírgula três por cento) foram realizadas no ABC, apenas 7,2% (sete vírgula dois por
188 cento) na cidade de São Paulo e o restante em outras localidades do país. Constata-se, dessa
189 forma, ser o ABC o epicentro da realização das ações de extensão da UFABC. Embora seja um
190 dado muito relevante, não invalida a necessidade de a comunidade, tanto da UFABC quanto a
191 externa, mobilizar-se e pleitear recursos de emendas parlamentares junto aos deputados. De
192 qualquer forma, o Presidente reforça que a Universidade não possui governabilidade sobre tais
193 recursos. Com a palavra, Professor Paulo esclarece que a Universidade pode auxiliar os
194 movimentos sociais, mas ela em si não é um movimento social, de modo que, no seu
195 entendimento, o diálogo junto aos parlamentares deve partir dos movimentos. Por fim, fala da
196 importância desses recursos de emendas parlamentares para o funcionamento das
197 universidades, especialmente para as ações de extensão. Não havendo outras manifestações, o
198 Presidente coloca o mérito extensionista da ação em regime de votação, sendo aprovado por
199 unanimidade. Segue-se então para o sexto item da pauta Esclarecimento e discussão sobre
200 modalidades de contratação de serviços e fluxo entre contratação e seleção de bolsistas em
201 editais de cultura. O Presidente informa que o referido item entrou na pauta por solicitação da
202 conselheira Renata Moreira, passando-lhe a palavra na sequência. A professora esclarece que
203 teve uma experiência ruim, referente à contratação de serviços em uma ação de cultura, de
204 modo que conversou com outros docentes da ação e entendeu ser importante o tema ser tratado
205 no Comitê. Fala sobre a fundamentação do pedido. Os editais para ações culturais da ProEC

206 costumam disponibilizar recursos para bolsas e, em alguns casos, para custeio das ações e dos
207 serviços. Nesta última hipótese podem ser admitidas contratações de terceiros, desde que seja
208 feito o processo de licitação. Entretanto, os editais não informam qual a modalidade de licitação
209 que será adotada. Fala que, no seu caso, o projeto foi aprovado pela ProEC já com a indicação da
210 necessidade de uma contratação. Ocorreu então a seleção dos bolsistas e só em momento
211 posterior iniciou-se o processo para contratação. Nesse sentido, propõe a discussão de três
212 pontos: 1 – possibilidade de contratação de terceiros antes da seleção de bolsistas; 2 – avaliação
213 se a modalidade de licitação deve, necessariamente, ser o pregão, citando as dificuldades
214 enfrentadas em sua experiência; 3 – não sendo possível acatar os dois primeiros itens, que ao
215 menos os editais deixem claro que as ações devem ser viáveis ainda que os serviços não sejam
216 contratados. Na sequência, o Presidente passa a palavra à servidora Priscila, Administradora e
217 chefe da Divisão Administrativa da ProEC. Sobre os pontos levantados, pela professora, esclarece
218 que durante a análise técnica dos projetos de extensão e cultura, para aquisições e contratações,
219 são verificados vários pontos, tais como objeto da contratação, se há previsão no Plano de Diretor
220 de Tecnologia da Informação (PDTI), se a natureza do objeto assim exigir, dentre inúmeros
221 outros. Esclarece ainda que esta análise inicial é superficial, sendo aprofundada no início do
222 processo licitatório. Quanto ao colocado no item 1, Priscila acredita ser possível a inversão, ou
223 seja, a contratação de terceiros preceder a seleção de bolsistas; todavia, entende que tal
224 procedimento não deve ser posto como regra. Professora Renata esclarece que, no caso do seu
225 projeto, se houvesse o conhecimento da não contratação de terceiros para realizar a edição de
226 vídeos, poderia ter ocorrido um redimensionamento das atividades dos bolsistas ou até mesmo
227 uma alteração do perfil dos selecionados. Priscila reforça que cada projeto possui uma
228 especificidade, não havendo em todos previsão de contratações ou compras de materiais, por
229 exemplo. Informa que para o ano de 2022 há cerca de oitenta ações de extensão e cultura, não
230 sendo possível analisar pormenorizadamente cada uma delas. Professora Renata entende que os
231 objetos de contratação das ações culturais são diferentes dos objetos das ações de extensão e
232 solicita que se pense em alguma flexibilidade para os processos de contratação das ações de
233 cultura. Priscila esclarece que há ações de extensão que também podem requerer contratações,
234 reforçando que as ações possuem suas especificidades, citando, como exemplo, que dez
235 coordenadores de ações de 2022 optaram por realizar contratações de bolsistas apenas no
236 segundo semestre. Esclarece que quando os editais são lançados, trabalha-se com uma previsão
237 orçamentária, pois a Lei Orçamentária Anual (LOA) é aprovada apenas no início de cada ano, de
238 modo que a execução das ações, bem como contratações nelas previstas, irá depender dos
239 recursos aprovados e liberados pelo Governo Federal. Comenta que 2021 foi um ano atípico, com
240 aprovação da LOA apenas no mês de maio, atrasando todos os trâmites administrativos e explica
241 os prejuízos de se enviar processos de contratação à Pró-Reitoria de Administração (ProAd) sem
242 que os recursos estejam liberados. Ainda sobre a questão de se realizar a contratação dos
243 bolsistas após a contratação de terceiros, alerta sobre possíveis prejuízos aos projetos, como a
244 necessidade de remanejamento de verbas ou até mesmo de perda de valores, caso os bolsistas
245 iniciem suas atividades tardiamente. Quanto ao segundo questionamento esclarece que há
246 possibilidade de utilização de outras modalidades de licitação que não o pregão, todavia
247 esclarece que o tipo de modalidade a ser adotada dependerá do tipo de contratação e tal
248 julgamento não é realizado pela Divisão Administrativa da ProEC, mas sim pelos pregoeiros da

249 instituição, com análise da Procuradoria Jurídica. Esclarece que o pregão é a modalidade de
250 licitação utilizada para serviços comuns, sendo as modalidades convite e dispensa de licitação
251 utilizadas apenas em casos excepcionais, conforme previsão legal. Elucida que por serem muitos
252 processos e cada um conter particularidades é solicitado à cada coordenação que especifique o
253 objeto a ser contratado. Professora Renata expõe ter realizado tal detalhamento já no projeto e
254 ter se reunido com o pregoeiro, entretanto, não lhe foi informada a possibilidade de realização
255 de outra modalidade de licitação que não o pregão; acredita que o concurso seria uma
256 possibilidade. Com a palavra, o Presidente fala sobre as expectativas do que se gostaria de
257 realizar na UFABC, entretanto, lembra que a Universidade trabalha com recursos públicos,
258 estando submetida à toda a legislação federal, bem como aos controles internos e externos, tais
259 como Auditoria Interna, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas. Elucida que as
260 diferentes modalidades de licitação podem ser utilizadas, desde que devidamente justificadas,
261 passando, inclusive, pelo crivo da Procuradoria Jurídica. Esclarece também que a contratação no
262 processo de licitação não precisa ser, necessariamente, pelo menor preço, podendo ser incluídos
263 critérios qualitativos. Nesse sentido, a equipe da Pró-Reitoria está apta a realizar os trâmites
264 técnicos, porém as especificidades dos objetos de contratações devem ser realizadas pelos
265 proponentes, pois centenas de projetos são analisados e, especialmente, por contar a Divisão
266 Administrativa com uma equipe bastante reduzida, de apenas três servidores. Nesse sentido,
267 reforça a necessidade de parceria entre proponentes e ProEC. Novamente com a palavra, a
268 servidora Priscila esclarece que a regra na Administração Pública determina que contratações e
269 compras sejam feitas por licitação, sendo a modalidade de dispensa uma exceção à regra. Quanto
270 aos valores previstos na Lei de Licitações, Lei nº 8.666, vigente até o final de 2022, esclarece que
271 o valor de R\$8.000,00 (oito mil reais) previstos para dispensa de licitação referem-se a cada
272 subitem de classificação contábil e não para cada contratação. Sobre a modalidade de
273 inexigibilidade de licitação, esclarece que a ProEC já fez diversos processos desse tipo, fala sobre
274 suas particularidades e requisitos que devem ser observados, citando exemplos. Professora
275 Renata informa que não lhe foram apresentadas essas possibilidades, quando conversou com a
276 equipe da Pró-Reitoria sobre a contratação do seu projeto, relatando as dificuldades enfrentadas
277 por ela e pela equipe do projeto. Com a palavra, Professora Silvia sugere que, se possível, sejam
278 indicados aos conselheiros materiais para que possam ler e conhecer as regras para as diversas
279 modalidades de licitação, pois acredita que isso poderia ajudar os proponentes a elaborarem de
280 forma mais assertiva os pré-requisitos que devem constar nos processos. Por fim, fala da sua
281 experiência em contratações, dizendo ter compreendido, ao longo dos processos, que há
282 necessidade de buscar ajuda para elaboração de editais, a fim de especificar melhor os objetos e
283 assim conseguir melhores resultados. Nesse sentido, entende como muito benéfico e necessário
284 o compartilhamento das experiências vivenciadas. Professor Evonir agradece as contribuições da
285 Professora Silvia, passa a palavra ao Professor Leonardo que realiza mais alguns esclarecimentos
286 sobre os processos licitatórios. Na sequência, informa que além dos plantões realizados pela
287 equipe da ProEC, para auxiliar os proponentes durante o período de elaboração e submissão das
288 propostas, todas as propostas passam por uma análise técnica e, quando há problemas, são
289 devolvidas aos proponentes, para que realizem ajustes. Todavia, alguns problemas constam em
290 definições que estão além dos itens analisados pela equipe técnica. Por fim, Priscila esclarece
291 que, conforme determinado pela Lei de Licitações, foi realizado um único processo para

292 contratações de edição de vídeos, uma vez que havia três projetos que solicitavam tal serviço.
293 Embora fosse um único processo, houve a discriminação dos itens, cada um com a sua descrição.
294 Esclarece que no momento da licitação houve interessados, porém as contratações aconteceram
295 apenas para os outros dois projetos e não para o da Professora Renata. Daí depreende-se
296 algumas questões a serem analisadas: houve erro na especificação do objeto? Haveria a
297 necessidade de uma a descrição mais detalhada do objeto? O valor previsto para pagamento
298 estava adequado? Será que o serviço não era muito complexo em comparação ao valor que se
299 pretendia pagar? Esclarece que para contratações desse tipo, edição de vídeos, não se justifica
300 a utilização da modalidade de inexigibilidade de licitação, uma vez que há inúmeras empresas
301 que realizam tal serviço, sendo classificado, inclusive, como um serviço comum. Haveria a
302 possibilidade de contratação por inexigibilidade se não houvesse aparecido interessados em
303 prestar o serviço, mas não foi o caso. Eles apareceram, mas foram desclassificados pela
304 Professora Renata. Priscila esclarece que é possível inserir critérios para contratação no pregão
305 eletrônico, tais como apresentação de portfólios, apresentação de catálogos, diligência na
306 empresa, etc. Quanto ao último item levantado pela professora, entende ser possível a inserção
307 de mais informações nos editais, ressaltando que a ProEC sempre está aberta a sugestões,
308 todavia não sabe quais informações deveriam ser inseridas, pois os processos seguem as
309 determinações previstas nas leis. Professora Renata fala sobre a sua sensação, pelas
310 argumentações apresentadas, de que a culpa pelo processo não ter sido exitoso seria sua e que
311 pretende relatar as dificuldades que enfrentou aos demais colegas. Professor Leonardo discorda
312 da fala da Professora Renata e entende que o problema aconteceu durante o processo licitatório,
313 em que, infelizmente, não apareceram empresas com a qualidade esperada, comentando haver
314 algumas situações que fogem à governabilidade da ProEC. Entende que há pontos a serem
315 melhorados, frisando que a equipe da Pró-Reitoria se empenha ao máximo para que as ações de
316 extensão e cultura possam ser realizadas. Com a palavra, Priscila elucida que em momento algum
317 culpou a professora, desculpando-se caso seus esclarecimentos tenham gerado tal
318 entendimento. O processo burocrático para contratações segue regras que, como colocado pelo
319 Presidente, fogem à governabilidade da ProEC, dizendo compartilhar a frustração vivenciada pela
320 professora, uma vez que todos se empenharam para que a contratação acontecesse. Por fim,
321 Professor Leonardo lamenta a falta de qualidade técnica das empresas que se apresentaram no
322 pregão e tiveram de ser desclassificadas e reforça a fala da servidora Priscila de que em momento
323 algum houve a intenção de atribuir à professora o insucesso do processo. Nada mais havendo a
324 declarar, o Presidente, Professor Leonardo Steil, agradeceu a participação de todos e todas e deu
325 por encerrada a reunião, da qual eu, Juliana Dias de Almeida Martinez, lavrei a presente ata,
326 aprovada pelo CEC.

JULIANA DIAS DE ALMEIDA MARTINEZ
Secretária Executiva

LEONARDO JOSÉ STEIL
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Presidente do Comitê de Extensão e Cultura